

# Relatório Anual 2016

## Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção

Diretoria Executiva de Administração e Finanças  
Superintendência de Operações Administrativas  
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi  
Região da Produção**  
Sarandi - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 23 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção  
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>449.857</b>	<b>396.560</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>204.322</b>	<b>183.124</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.331	3.984	DEPÓSITOS (NOTA 12)	64.581	60.052
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	30.851	-	Depósitos à Vista	49.049	42.931
Carteira Própria	30.851	-	Depósitos a Prazo	15.532	17.121
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	180.333	194.918	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	115.672	100.213
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	8	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4	16
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	101	901	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	115.668	100.197
Correspondentes no país	628	507	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	914	808
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	179.602	193.502	Recursos em Trânsito de Terceiros	914	808
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	220.039	185.995	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	4.067	4.787
Operações de Crédito	229.097	194.852	Empréstimos País - Outras Instituições	4.067	4.787
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.058)	(8.857)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	19.088	17.264
OUTROS CRÉDITOS	11.960	10.074	Cobrança e Arrecadação de Tributos	45	30
Créditos por Avais e Fianças Honorados	43	52	Sociais e Estatutárias	1.118	749
Rendas a Receber	1.267	1.607	Fiscais e Previdenciárias	958	832
Créditos Específicos	131	115	Diversas (NOTA 15)	16.967	15.653
Diversos (NOTA 08)	10.946	8.708			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(427)	(408)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	3.343	1.589			
Outros Valores e Bens	3.364	1.599			
(Provisão para desvalorização)	(42)	(31)			
Despesas Antecipadas	21	21			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>91.052</b>	<b>74.492</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>246.648</b>	<b>216.272</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	56.208	49.440	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	246.648	216.272
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	870	1.470	DEPÓSITOS (NOTA 12)	242.897	210.674
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	870	1.470	Depósitos a Prazo	242.897	210.674
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	55.291	47.888	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	3.751	5.598
Operações de Crédito	59.254	52.133	Repasse Interfinanceiros	3.751	5.598
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.963)	(4.245)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	47	82			
Diversos	47	82			
PERMANENTE	34.844	25.052	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>89.939</b>	<b>71.656</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	12.383	12.354	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	52.124	42.009
Outros Investimentos	12.383	12.354	De Domiciliados no País	52.170	42.033
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	18.135	9.019	(Capital a Realizar)	(46)	(24)
Imóveis de Uso	1.907	1.907	RESERVAS DE SOBRAS	32.925	25.305
Outras Imobilizações de Uso	22.544	13.629			
(Depreciação acumulada)	(6.316)	(6.517)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.890	4.342
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.326	3.679			
Outros Ativos Intangíveis	7.467	6.169			
(Amortização acumulada)	(3.141)	(2.490)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>540.909</b>	<b>471.052</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>540.909</b>	<b>471.052</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção  
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)						(Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>32.124</b>	<b>-</b>	<b>32.124</b>	<b>59.899</b>	<b>-</b>	<b>59.899</b>	<b>54.978</b>	<b>-</b>	<b>54.978</b>
Operações de Crédito	30.885	-	30.885	58.390	-	58.390	52.159	-	52.159
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.232	-	1.232	1.421	-	1.421	2.665	-	2.665
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	88	-	88	154	-	154
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(22.291)</b>	<b>(229)</b>	<b>(22.520)</b>	<b>(43.180)</b>	<b>(376)</b>	<b>(43.556)</b>	<b>(38.136)</b>	<b>(325)</b>	<b>(38.461)</b>
Operações de Captação no Mercado	(15.534)	(14)	(15.548)	(30.062)	(24)	(30.086)	(23.753)	(22)	(23.775)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.126)	(215)	(3.341)	(5.963)	(352)	(6.315)	(4.811)	(303)	(5.114)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.631)	-	(3.631)	(7.155)	-	(7.155)	(9.572)	-	(9.572)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.833</b>	<b>(229)</b>	<b>9.604</b>	<b>16.719</b>	<b>(376)</b>	<b>16.343</b>	<b>16.842</b>	<b>(325)</b>	<b>16.517</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(2.954)</b>	<b>1.511</b>	<b>(1.443)</b>	<b>(3.912)</b>	<b>2.836</b>	<b>(1.076)</b>	<b>(7.765)</b>	<b>3.368</b>	<b>(4.397)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.542	2.894	5.436	4.868	5.249	10.117	4.377	4.134	8.511
Rendas de Tarifas Bancárias	2.436	-	2.436	4.860	-	4.860	3.447	-	3.447
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.002)	(686)	(10.688)	(19.166)	(1.129)	(20.295)	(16.638)	(1.011)	(17.649)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(7.471)	(819)	(8.290)	(14.102)	(1.435)	(15.537)	(11.343)	(1.345)	(12.688)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(20)	(129)	(149)	(120)	(238)	(358)	(103)	(190)	(293)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	15.835	529	16.364	30.538	836	31.374	22.204	2.243	24.447
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.274)	(278)	(6.552)	(10.790)	(447)	(11.237)	(9.709)	(463)	(10.172)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>6.879</b>	<b>1.282</b>	<b>8.161</b>	<b>12.807</b>	<b>2.460</b>	<b>15.267</b>	<b>9.077</b>	<b>3.043</b>	<b>12.120</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>60</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>33</b>	<b>(109)</b>	<b>(2)</b>	<b>(111)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>6.921</b>	<b>1.300</b>	<b>8.221</b>	<b>12.824</b>	<b>2.476</b>	<b>15.300</b>	<b>8.968</b>	<b>3.041</b>	<b>12.009</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>325</b>	<b>325</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	187	187	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	138	138	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>6.921</b>	<b>1.625</b>	<b>8.546</b>	<b>12.824</b>	<b>2.476</b>	<b>15.300</b>	<b>8.968</b>	<b>3.041</b>	<b>12.009</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.476</b>	<b>(2.476)</b>	<b>-</b>	<b>3.041</b>	<b>(3.041)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>6.921</b>	<b>1.625</b>	<b>8.546</b>	<b>15.300</b>	<b>-</b>	<b>15.300</b>	<b>12.009</b>	<b>-</b>	<b>12.009</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.410)</b>	<b>-</b>	<b>(10.410)</b>	<b>(7.667)</b>	<b>-</b>	<b>(7.667)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.604)	-	(3.604)	(2.891)	-	(2.891)
Fates - Estatutário	-	-	-	(489)	-	(489)	(434)	-	(434)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.401)	-	(4.401)	(3.908)	-	(3.908)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.916)	-	(1.916)	(434)	-	(434)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.890</b>	<b>-</b>	<b>4.890</b>	<b>4.342</b>	<b>-</b>	<b>4.342</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção**  
CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>33.806</b>	<b>20.963</b>	<b>3.706</b>	<b>58.475</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.703	-	(3.703)	-
Outras destinações	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.940	-	-	2.940
Baixas de capital	(1.303)	-	-	(1.303)
Resultado do período	-	-	12.009	12.009
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(434)	(434)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.908	(3.908)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.863	-	(2.891)	(28)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	434	(434)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>42.009</b>	<b>25.305</b>	<b>4.342</b>	<b>71.656</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>8.203</b>	<b>4.342</b>	<b>636</b>	<b>13.181</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016 (Não auditado)</b>	<b>42.009</b>	<b>25.305</b>	<b>4.342</b>	<b>71.656</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.015	-	(3.015)	-
Destinações para reservas	-	1.303	(1.303)	-
Outras destinações	-	-	(24)	(24)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.884	-	-	5.884
Baixas de capital	(2.346)	-	-	(2.346)
Resultado do período	-	-	15.300	15.300
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(489)	(489)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.401	(4.401)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.562	-	(3.604)	(42)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.916	(1.916)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>52.124</b>	<b>32.925</b>	<b>4.890</b>	<b>89.939</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>10.115</b>	<b>7.620</b>	<b>548</b>	<b>18.283</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)</b>	<b>44.888</b>	<b>26.608</b>	<b>6.754</b>	<b>78.250</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.575	-	-	4.575
Baixas de capital	(901)	-	-	(901)
Resultado do período	-	-	8.546	8.546
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(489)	(489)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.401	(4.401)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.562	-	(3.604)	(42)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.916	(1.916)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>52.124</b>	<b>32.925</b>	<b>4.890</b>	<b>89.939</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>7.236</b>	<b>6.317</b>	<b>(1.864)</b>	<b>11.689</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção**  
**CNPJ/MF nº 89.468.565/0001-01**

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>8.532</b>	<b>16.643</b>	<b>13.845</b>
Resultado do semestre/exercício	8.546	15.300	12.009
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(14)</b>	<b>1.343</b>	<b>1.836</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(70)	(81)	973
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(4)	10	6
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	34	19	76
Depreciação do imobilizado de uso	454	910	929
Amortização do intangível	354	652	559
Baixas do ativo permanente	69	127	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(76)	(5)	22
Destinações ao FATES	(489)	(489)	(434)
Dividendos SicrediPar	(286)	200	(295)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(52.536)</b>	<b>(23.190)</b>	<b>79.217</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	7.364	600	9.921
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(30.851)	(30.851)	19.287
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.321	72	(55)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	24	799	8.071
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(190)	(121)	(9)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(50.287)	(41.366)	(2.863)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	17.404	13.612	(7.834)
(Aumento) Redução em outros créditos	(197)	(2.070)	(2.245)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(985)	(1.765)	(344)
Aumento (Redução) em depósitos	(3.145)	36.753	53.754
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	457	105	97
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.055)	(720)	469
Absorção de dispêndios pelo FATES	(107)	(434)	(341)
(Redução) Aumento em outras obrigações	5.711	2.196	1.309
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(44.004)</b>	<b>(6.547)</b>	<b>93.062</b>
Aquisição de Investimentos	-	(29)	(943)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.173)	(10.152)	(4.118)
Aplicações no Intangível	(337)	(1.297)	(1.624)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(5.510)</b>	<b>(11.478)</b>	<b>(6.685)</b>
Integralização de capital	4.575	5.884	2.940
Baixa de capital	(901)	(2.346)	(1.303)
Juros ao capital próprio	(42)	(42)	(28)
Distribuição de Sobras	-	(24)	(3)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>3.632</b>	<b>3.472</b>	<b>1.606</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(45.882)</b>	<b>(14.553)</b>	<b>87.983</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	228.815	197.486	109.503
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	182.933	182.933	197.486

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/07/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiaidas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Ativo circulante</b>	<b>396.642</b>	<b>(82)</b>	<b>396.560</b>
OUTROS CRÉDITOS	10.156	(82)	10.074
Diversos	8.790	(82)	8.708
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>74.410</b>	<b>82</b>	<b>74.492</b>
OUTROS CRÉDITOS	-	82	82
Diversos	-	82	82
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>4.397</b>	<b>-</b>	<b>4.397</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.671	(160)	8.511
Rendas de Tarifas Bancárias	3.287	160	3.447

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>50.009</b>	<b>29.208</b>	<b>79.217</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>63.854</b>	<b>29.208</b>	<b>93.062</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>22.523</b>	<b>(29.208)</b>	<b>(6.685)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2017.

#### **NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

##### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

##### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

##### **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

##### **d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

##### **e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

##### **f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

##### **g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

##### **h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	3.331	3.984
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	179.602	193.502
Total	182.933	197.486

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

#### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	870	1.470
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	870	1.470
Total realizável a longo prazo	870	1.470

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	30.851	-
Total circulante	30.851	-

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	105.604	49.098	154.702	123.795
Financiamentos	6.650	5.694	12.344	16.451
Financiamentos rurais e agroindustriais	116.843	4.462	121.305	106.739
Carteira total	229.097	59.254	288.351	246.985

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	43	-	43	52
Devedores por compra de valores e bens	12	47	59	-
Títulos e créditos a receber (i)	7.189	-	7.189	5.286
Total	7.244	47	7.291	5.338

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	154.571	134.792	773	674
Nível B	1,00	78.036	60.099	780	601
Nível C	3,00	37.849	31.489	1.135	945
Nível D	10,00	11.743	9.982	1.174	998
Nível E	30,00	3.766	5.261	1.130	1.578
Nível F	50,00	2.596	3.466	1.298	1.733
Nível G	70,00	790	1.859	553	1.301
Nível H	100,00	6.291	5.375	6.291	5.375
Total (i)		295.642	252.323	13.134	13.205

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 314 (2015 - R\$ 305).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			Total da Carteira	2015
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.567	24.310	31.539	26.343	84.759	78.043
Rural	108	25.186	91.549	4.462	121.305	106.739
Industrial	607	6.008	5.355	3.936	15.906	11.526
Comércio	946	14.613	14.801	14.526	44.886	33.142
Outros Serviços	459	8.379	9.914	10.034	28.786	22.873
Total	4.687	78.496	153.158	59.301	295.642	252.323

**d) Concentração das operações de crédito**

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	25.195	8,52	15.688	6,22
50 devedores seguintes	43.448	14,70	28.012	11,10
100 devedores seguintes	34.636	11,72	26.817	10,63
Demais	192.363	65,07	181.806	72,05
Total	295.642	100	252.323	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2016	2015
Saldo inicial	13.510	12.461
Constituição de provisão	7.155	9.572
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.217)	(8.523)
Saldo final	13.448	13.510

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.724 (2015 - R\$ 1.254), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.871 (2015 - R\$ 6.946).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	69	77
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.207	1.729
Devedores por compra de valores e bens	12	-
Devedores por depósitos em garantia	396	352
Impostos e contribuições a compensar	358	564
Títulos e créditos a receber	7.189	5.286
Valores honrados	40	58
Cotas de consórcio	77	27
Devedores por convênios	143	115
Operações com cartões	34	18
Pendências a regularizar	27	185
Outros	394	297
<b>Total Circulante</b>	<b>10.946</b>	<b>8.708</b>

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	82
Devedores por compra de valores e bens	47	-
Títulos e créditos a receber	-	-
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>47</b>	<b>82</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2016	2015 (Reapresentado)
Bens não de uso próprio	3.364	1.599
Imóveis	2.638	1.225
Veículos e afins	98	222
Bens em regime especial	628	152
Despesas antecipadas	21	21
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(42)	(31)
<b>Total Circulante</b>	<b>3.343</b>	<b>1.589</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 42 (2015 - R\$ 31) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	6.034	6.026
Sicredi Participações S.A.	6.348	6.327
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
<b>Total</b>	<b>12.383</b>	<b>12.354</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.058.706 ON	2.051.891 ON	1	1	6.033.914	6.026.531
	4.289.070 PN	4.274.873 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,73%	0,79%	0,63%	0,72%	1,72%	1,76%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	6.348	6.327	1	1	6.034	6.026

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	24.451	(6.316)	18.135	9.019
Imobilizações em curso	-	13.355	-	13.355	3.859
Terrenos	-	1.528	-	1.528	1.526
Edificações	4%	381	(202)	179	223
Instalações	10%	2.240	(1.491)	749	775
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.717	(2.349)	1.368	1.559
Sistema de comunicação	10%	172	(77)	95	52
Sistema de processamento de dados	20%	1.584	(1.238)	346	446
Sistema de segurança	10%	433	(280)	153	170
Sistema de transporte	20%	1.041	(679)	362	409

Intangível (i)	5% a 15%	7.467	(3.141)	4.326	3.679
Investimentos Confederação		7.357	(3.139)	4.218	3.679
Outros ativos intangíveis		110	(2)	108	-

<b>Total</b>		<b>31.918</b>	<b>(9.457)</b>	<b>22.461</b>	<b>12.698</b>
--------------	--	---------------	----------------	---------------	---------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	49.049	-	-	49.049	42.931
Depósitos a prazo	7.337	8.195	242.897	258.429	227.795
<b>Total</b>	<b>56.386</b>	<b>8.195</b>	<b>242.897</b>	<b>307.478</b>	<b>270.726</b>

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	115.361	99.872
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	115.361	99.872
Outros Recursos	307	325
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	307	325
<b>Total circulante</b>	<b>115.668</b>	<b>100.197</b>

Recursos do Crédito Rural	3.637	5.212
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.637	5.212
Outros Recursos	114	386
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	114	386
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>3.751</b>	<b>5.598</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 05/02/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	4.067	4.787
Cooperativa Central Sicredi Sul	4.067	4.787
<b>Total circulante</b>	<b>4.067</b>	<b>4.787</b>

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

**NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	2.144	3.196
Obrigações por convênios oficiais	6	8
Provisão para pagamentos a efetuar	4.286	2.962
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	572	577
Provisão para coobrigações (i)	1.536	1.320
Pendências a regularizar	25	506
Operações com cartões	6.864	4.876
Demais fornecedores	767	701
Credores diversos	767	1.507
Total circulante	16.967	15.653

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	511	72	(93)	490
Cível	66	72	(56)	82
Total	577	144	(149)	572

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	490	511
Cível	Provável	82	66
Total		572	577

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 40 e R\$ 464 (2015 - R\$ 52 e R\$ 464), respectivamente.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	52.124	42.009
Total de associados	51.768	50.832

No exercício findo 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.115 (2015 – R\$ 8.203), sendo R\$ 6.577 (2015 – R\$ 6.566) via integralização de resultados e R\$ 5.884 (2015 – R\$ 2.940), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.346 (2015 – R\$ 1.303).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.604, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região da Produção - Sicredi Região da Produção, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	15.300	12.009
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(6.426)	(5.044)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	8	46
Provisão de PPR	19	3
Receita com atos cooperativos	5.386	3.587
Juros sobre o capital próprio	1.514	1.156
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	228
Outros	(501)	24
Subtotal	6.426	5.044
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	870	1.470
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	30.851	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	179.602	193.502
Outros Créditos - Rendas a receber	536	921
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.109	1.759
Investimentos (Nota 09)	12.383	12.354
Intangível (Nota 10)	4.217	3.679
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	119.419	105.795
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	4.067	4.787
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	6.733	5.042
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.421	2.665
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.603	55
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	27.385	19.627
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.314	5.114
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	667	569
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	6.897	6.594

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	119	0,24%	74
Depósitos a prazo	1.074	0,42%	847
Operações de crédito	2.373	0,82%	1.356

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.189	1.868

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 15.537 (2015 - R\$12.688), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.000	1.339
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	26.387	18.469
Reversão de provisões operacionais	2.579	2.006
Outras rendas operacionais	1.408	2.633
Total	31.374	24.447

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	553	193
Contribuição O.C.E.	93	68
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	209	404
Contribuição Confederação Sicredi	4.795	4.515
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.205	1.104
Contribuição Sureg	-	66
Encargos da administração financeira	150	113
Repasse Administradora de Cartões	495	343
Outras provisões operacionais	2.447	1.033
Outras despesas operacionais	1.290	2.333
Total	11.237	10.172



**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	81.230	79.363
Coobrigações em cessões de crédito	4	4
Total	81.234	79.367

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

**II - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

**III - Risco de Liquidez**

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

#### NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
<b>O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:</b>	<b>87.968</b>	<b>70.741</b>
Capital principal - CP	87.968	70.741
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	32.924	25.305
Lucros acumulados	4.890	4.342
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.970	915
Total do capital qualificado	87.968	70.741
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	44.174	39.202
Índice sobre o PR considerando a RBAN	20,99%	19,98%
Situação para o limite de imobilização	20.491	11.785
Índice de imobilização (limite 50%)	23,29%	16,66%

#### NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Luis Francisco Sander  
Diretor Executivo  
CPF: 412.353.630-15

Catiane Longhi Menin  
Diretora de Operações  
CPF: 006.225.680-78

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz  
Contador  
CRC: RS-071614/O-8  
CPF: 961.880.300-72